



Número: **0600514-63.2020.6.16.0028**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **03/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600514-63.2020.6.16.0028**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Banner/Cartaz/Faixa, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Particular**

Objeto do processo: **Da decisão exarada nos autos de Representação nº 0600514-63.2020.6.16.0028 que, nos termos do artigo 487, I, do CPC/15, julgou parcialmente procedente a pretensão constante da presente representação proposta pela "Chegou a Hora", confirmando, assim, a liminar que determinou a retirada dos banners das fachadas das residências, já cumprida, em face dos representados, Sebastião Ferreira Martins Junior - Junior da Femac e coligação "Eu Amo Apucarana". (Representação Eleitoral, com pedido liminar, pela Coligação "Chegou a Hora" ajuizou a presente representação eleitoral decorrente de propaganda irregular com pedido liminar em face do candidato Sebastião Ferreira Martins Junior - Junior da Femac e coligação "Eu Amo Apucarana" vez que os representados estão distribuindo para os candidatos da proporcional vários banners que, por sua vez, estão sendo fixados nas grades residenciais ou comerciais, o que é irregular, nos termos do artigo 19, §3º, da Resolução TSE nº 23.610/19 e artigo 37, §2º, da Lei nº 9504/97, vez que somente nas janelas das casas é que se permite a propaganda eleitoral e nos comitês; sustentou o conhecimento prévio da irregularidade, já que foram os próprios representados que confeccionaram o material e procederam à distribuição, invocando o parágrafo único, do artigo 40-B, da Lei nº 9504/97 e, ao final requereu, liminarmente, que os representados fossem notificados para retirada da propaganda irregular, em 48 (quarenta e oito) horas, de todos os imóveis residenciais e comerciais, exceto os que estiverem em comitês de campanha, além da ordem de abstenção de continuidade de tal procedimento, sob pena de multa diária para cada material irregular encontrado, confirmando-se, em sentença, a liminar, acrescido da ordem de recolhimento de todo o material ilegal, por si só, sem prejuízo da aplicação da multa respectiva). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CHEGOU A HORA 45-PSDB / 14-PTB / 17-PSL / 27-DC / 28-PRTB / 43-PV (RECORRENTE)	ALUISIO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) ANDERSON VARGAS (ADVOGADO) LUIGI PENITENTE FERREIRA (ADVOGADO) STEPHANE RECCO MOTA (ADVOGADO)
ELEICAO 2020 SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR PREFEITO (RECORRIDO)	LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)
EU AMO APUCARANA! 11-PP / 15-MDB / 22-PL / 25-DEM / 55-PSD / 90-PROS / 40-PSB (RECORRIDO)	MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)

SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR (RECORRIDO)		MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22777 766	15/12/2020 11:59	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RE 0600514-63.2020.6.16.0028

RECORRENTE: CHEGOU A HORA 45-PSDB / 14-PTB / 17-PSL / 27-DC / 28-PRTB / 43-PV

Advogados do(a) RECORRENTE: ALUISIO HENRIQUE FERREIRA - PR0037722,
ANDERSON VARGAS - PR0102465, LUIGI PENITENTE FERREIRA - PR0090820,
STEPHANE RECCO MOTA - PR0094651

RECORRIDO: ELEICAO 2020 SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR PREFEITO, EU
AMO APUCARANA! 11-PP / 15-MDB / 22-PL / 25-DEM / 55-PSD / 90-PROS / 40-PSB,
SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR

Advogado do(a) RECORRIDO: LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474
Advogados do(a) RECORRIDO: MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846,
HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, GRACIANE DOS SANTOS LEAL -
PR0081977, LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474
Advogados do(a) RECORRIDO: MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846,
HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, GRACIANE DOS SANTOS LEAL -
PR0081977, LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474

Relator: ROGÉRIO DE ASSIS

RELATÓRIO

Trata-se de recurso manejado pela Coligação "Chegou a Hora" (PSL, PSDB, DC, PTB, PRTB, PV) em face da sentença proferida pelo Juízo da 28ª Zona Eleitoral, de Apucarana/PR, que julgou parcialmente procedente representação eleitoral determinando a retirada dos banners das fachadas das residências, confirmando a liminar que fora concedida e afastando expressamente a aplicação de multa (ID 16783616).

De ofício, este Relator suscitou a perda do interesse recursal, ante a ocorrência das eleições em 15 de novembro de 2020 (ID 21491566).

Devidamente intimada, a Recorrente deixou transcorrer o prazo sem manifestação (ID 22265866).



A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer manifestando-se pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda superveniente do interesse recursal (ID 22655366).

É o relatório necessário.

Decido.

O objeto da presente representação se refere à utilização de material gráfico (banner) em imóveis particulares, em ofensa ao art. 37, § 2º, inciso II da Lei nº 9.504/97, para o qual não há previsão de aplicação de multa, sendo devidamente afastada sua aplicação em sentença, bem como esclarecido que a liminar foi cumprida pelos Recorridos (ID 16783616).

Dessa forma, o objeto do recurso refere-se a propaganda relativa a eleição já ocorrida em 15 de novembro de 2020, sem a aplicação de qualquer multa eleitoral, o que faz com que inexista interesse recursal em sua continuidade.

Ademais, anoto que não há notícias de descumprimento da liminar concedida nos autos, sendo inclusive objeto da sentença o reconhecimento do seu cumprimento pelos Recorridos, bem como a Coligação Representante, ora Recorrente, não se manifestou contrária à perda superveniente do objeto recursal.

Assim, com esteio no art. 31, inciso II do Regimento Interno do TRE/PR¹ c/c art. 493 e 932, inciso III, ambos do Código de Processo Civil, **NÃO CONHEÇO** do recurso interposto pela Coligação “Chegou a Hora”, ante a perda superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROGÉRIO DE ASSIS

Relator

¹ Art. 31. O Relator poderá, monocraticamente: [...]

II - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

